

APRESENTAÇÃO

*Danielle TEGA**

O legado destrutivo das ditaduras militares permanece nas sociedades latino-americanas. Por décadas, países como Argentina, Brasil, Chile e Uruguai foram marcados pela censura e repressão, pela violência desmedida do Estado, por assassinatos e desaparecimentos forçados. Mas essa época também foi caracterizada pela mobilização de homens e mulheres que, em suas diferentes formas de militância, atuaram na resistência e no combate aos autoritarismos violentamente instaurados pelos golpes que assolaram a região. As sequelas deixadas na reprodução das desigualdades sociais, no conturbado cenário político e econômico dos anos que se seguiram e no âmbito jurídico são temas de incontáveis pesquisas e publicações, e o presente dossiê é mais uma contribuição para se pensar sobre as consequências dessa história recente.

Há uma luta política ativa sobre o sentido do ocorrido, e as modificações nos marcos interpretativos produzidas pelo processo histórico não podem ser deixadas de lado nos estudos sobre o período, pois novos cenários sociais e políticos interferem não apenas na percepção do passado, mas também nas alterações das formas de luta.

Nesse sentido, este conjunto de textos procura problematizar os exercícios de memória sobre o período com base nos estudos de gênero e no pensamento feminista. A denúncia da historiografia classista dos vencedores e a necessidade de superá-la são pontos fundamentais na investigação das conflituosas construções sobre o passado e a crítica feminista, também preocupada com as partes silenciadas da memória social, amplia esse debate ao expor o caráter sexista da historiografia dominante.

Uma das formas de pensar as dimensões de gênero nos trabalhos de memória parte do enfoque tradicional do feminismo de visibilizar aquilo que foi

* Doutora em Sociologia. UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Integrante e redatora do Relatório Final da Comissão da Verdade e Memória Octávio Ianni da UNICAMP. Campinas – SP – Brasil. 13083-970 - dani.tega@uol.com.br

historicamente ocultado, abrindo-se a vozes que foram, por muito tempo, caladas. Nesse sentido, não é questão menor ressaltar o espaço que tem sido ocupado pelos diferentes testemunhos de mulheres que militaram, foram sequestradas, permaneceram presas políticas ou tiveram suas vidas, de alguma forma, atravessadas pelos horrores das violências repressivas ditatoriais.

Não obstante, o pensamento e a militância feministas consistem também em tratar a situação das mulheres como um produto de relações sociais, denunciar as marcas autoritárias e hierárquicas do processo histórico das relações de gênero, politizar questões antes percebidas como pessoais, questionar as convenções de masculinidades e feminilidades, revelar outros modos de se pensar sobre o corpo, a subjetividade, a experiência. Relacionar esses temas ao estudo das ditaduras do Cone Sul permite problematizar tanto os alcances e os limites da militância como reinterpretar as violências sofridas pela repressão. Esses são os principais pontos que encontraremos nos textos que fazem parte do presente dossiê.

Hilary Hinner, historiadora e professora da Universidad Diego Portales (Santiago – Chile), abre o dossiê com o artigo *¿El “Nunca Más” tiene género? Un análisis comparativo de las comisiones de la verdad en Chile y Argentina*. A autora examina os relatórios da *Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación sobre Violación a los Derechos Humanos en Chile 1973-1990* (Informe Rettig, de 1991) e da *Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas* (Nunca Más, de 1984) para problematizar as estratégias discursivas adotadas nesses materiais e as consequências sociais e políticas de tais escolhas.

Como afirma a autora, ambos os documentos são referências ainda muito influentes – tanto para as políticas da memória realizadas pelos dois países, como para as pesquisas sobre a história recente latino-americana. Mas há algo a ser destacado: se, por um lado, esses relatórios apresentam uma importante coletânea de testemunhos de vítimas e familiares, por outro possuem uma narrativa construída a partir da seleção dos materiais que o constituem. Permeados por disputas políticas antes e depois de sua publicação, são documentos produzidos e legitimados pelo Estado, sedimentando certa versão considerada mais representativa que outras. O texto de Hinner oferece um importante subsídio ao debate, pois desvenda como a defesa dos direitos humanos presentes em tais documentos não deixava de marginalizar e silenciar as experiências das mulheres, principalmente em relação às violências sexuais sofridas.

A socióloga **Alejandra Oberti**, professora e pesquisadora da Universidad de Buenos Aires e Diretora do Arquivo Oral de Memoria Abierta (Buenos Aires – Argentina), é autora do artigo *Imágenes de la militancia: representaciones de género en la prensa de Montoneros (Argentina, años 70)*. Ao interpretar as imagens

utilizadas em diferentes materiais da organização político-militar Montoneros, da Argentina, Oberti questiona os efeitos produzidos por essas representações num momento em que a participação política das mulheres desestabilizava as convenções de feminilidade vigentes até então. São imagens que, ao construir o que é e o que pode fazer uma mulher, ampliam as possibilidades de ação para as mulheres, ao mesmo tempo em que buscam domesticar a perturbação que implicava sua presença cada vez mais abrangente nas organizações político-militares.

Interpelando as imagens visuais e narrativas a partir de uma perspectiva de gênero, a autora relaciona as estratégias narrativas como expressão da relação entre militância, vida cotidiana, violência e corpo. Ao observar os contextos nos quais as imagens foram publicadas, destaca que as representações iconográficas variavam suas propostas de acordo com as circunstâncias. Nesse sentido, merece atenção a análise feita pela autora a partir das diferentes utilizações de imagens que recuperam a força expressiva de Eva Perón, cuja presença oferecia um especial apelo em relação à militância feminina montonera.

Desatar, desnudar... reanudar é o artigo da professora e militante feminista **Lilian Celiberti**, coordenadora do Centro de Comunicación Virginia Woolf - Cotidiano Mujer (Montevideu – Uruguai). Em um texto permeado por suas experiências como presa política e também como militante feminista, a autora trabalha as implicações pessoais e coletivas da repressão e da resistência. Com isso, desvenda a importância do movimento feminista para o trabalho de memória realizado no Cone Sul, destacando a perspectiva segundo a qual a experiência de homens e mulheres sob a repressão, tortura e prisão foi estabelecida a partir da construção social e cultural das relações de gênero do período.

Celiberti aponta que a denúncia das violências sexuais feitas por algumas presas políticas uruguaias implica em uma ressignificação do passado que, ao mesmo tempo, é potencialmente subversiva à cultura patriarcal vigente. A coragem para falar e transmitir essa experiência de dor e culpa é uma tarefa que apenas foi realizada quando as mulheres conseguiram elaborar coletivamente o significado político dessa violência e, nesse sentido, foi uma ação que acompanhou a emergência do sujeito político feminista no país, que legitimava as falas sobre a especificidade do corpo das mulheres na repressão.

O artigo de **Susel Oliveira da Rosa**, historiadora e professora da Universidade Estadual da Paraíba, encerra o dossiê. Em *Mulheres versus ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba*, a autora enfatiza que os esquecimentos e silêncios sobre a ditadura civil-militar brasileira atinge principalmente a participação política feminina. Ao trabalhar sobre as estratégias e resistências possíveis numa situação de excepcionalidade, a autora encontra, no estado da Paraíba, um contexto bastante

intenso, principalmente nas regiões do Agreste e do Brejo paraibano: muitas mulheres estavam envolvidas nos movimentos sociais e políticos que lutavam não apenas contra a ditadura, mas também contra o latifúndio. Foram alvo, assim, de repressão enérgica tanto do Estado como dos latifundiários e seus pistoleiros. São histórias e memórias de mulheres que permanecem ausentes dos discursos sobre o período, mas Rosa recupera nomes e trajetórias na tarefa ética de incorporá-las socialmente.

Os quatro artigos que compõem este dossiê abordam diferentes países e fazem suas análises a partir de metodologias também diversas para dar conta de suas fontes: documentos oficiais; imagens produzidas por grupos revolucionários; autobiografia; história oral. Acreditamos que essa multiplicidade pela qual a memória e a história recente podem ser estudadas, quando entrelaçadas ao enfoque feminista e aos estudos de gênero, permite interrogar espaços conflitivos potencialmente desestabilizadores da cultura hegemônica e patriarcal. Esperamos, assim, que a leitura dos textos aqui reunidos possam inspirar novas pesquisas que deem continuidade ao debate e à luta pelo não esquecimento.